

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE VILA MARIA**

Ata nº 024/2025

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, as 13 horas e quinze, na sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal, realizou-se reunião ordinária mensal, onde reuniram-se, em sessão presencial, os membros integrantes do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor de Vila Maria – COADFAPS, estando presentes: Leonir José Dalmoro, Luciano Dors, Claudia Moccellin Ramos, Adriana Boscardin Tremea e Grasiela Sciota Franceschi, juntamente com os membros do comitê de investimentos, para tratar dos assuntos constantes da pauta previamente encaminhada: 1 Expediente: a) Leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores; b) Apresentação das comunicações recebidas e expedidas, avisos, proposições e indicações e documentos de interesse do Conselho; c) Outros assuntos de caráter geral e interesse do Conselho. 2) Ordem do dia: a) Análise da Conjuntura Econômica e Financeira e dos Rendimentos de outubro/2025; b) Definição do fundo para resgate do valor para pagamento dos proventos de aposentados e pensionistas de novembro/2025; c) Definição dos membros com direito a gratificação; d) Análise da política de investimentos. Inicialmente, procedeu-se à leitura e aprovação das atas anteriores, de nº 21, 22 e 23/2025, que, após lidas e discutidas, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi apresentada e debatida a atual conjuntura econômica e financeira referente ao mês de outubro de 2025. O patrimônio total do RPPS totalizou R\$ 48.914.624,30, integralmente alocado em renda fixa, permanecendo 100% enquadrado conforme a Política de Investimentos vigente. A rentabilidade consolidada da carteira no período foi de 1,22% no mês, acumulando 11,35% no ano, desempenho superior à meta atuarial (INPC + 5,21%), correspondendo a 139,65% da meta. No período, todos os fundos apresentaram rendimento positivo, destacando-se os maiores pesos da carteira: BB Perfil (18,19%), Banrisul Absoluto (15,92%), Caixa Brasil DI (17,08%) e BB Alocação Ativa (10,18%). A carteira manteve perfil conservador, com 95,8% alocada em risco baixo e 4,2% em risco baixo/médio. No cenário econômico, houve redução dos juros nos EUA para a faixa de 3,75%–4,00% e progresso em negociações comerciais internacionais, contribuindo para maior estabilidade global. No Brasil, a Selic foi mantida em 15%, a inflação apresentou desaceleração e o mercado de renda fixa permaneceu favorável. Diante do cenário ainda desafiador e incertezas fiscais, permanece a recomendação de manutenção de estratégia conservadora, com foco em ativos de menor volatilidade. Seguiu-se com a análise e escolha do fundo para resgate de proventos de aposentados e pensionistas do mês de novembro/2025, cujo valor a ser resgatado perfaz o montante de R\$ 251.983,72. Foram apresentadas as sugestões da empresa de assessoria, a saber: BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº: 21.007.180/0001-03 ou CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ nº: 11.060.913/0001-10. Após análise, prevaleceu a indicação do Comitê de Investimentos, que recomendou o resgate do valor do fundo BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº: 21.007.180/0001-03, com o objetivo de reduzir o risco de mercado, especialmente em cenário de incerteza macroeconômica e a expectativa de queda das taxas de juros, decisão que foi ratificada pelo Conselho, de forma unânime. Ficou definido que receberão gratificação os membros Luiz, Claudia, Adriana e Grasiela, em razão de atenderem os preceitos da legislação vigente. A seguir foi analisada e APROVADO o esboço da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026. A Política

de Investimentos foi elaborada em parceria com a consultoria Referência, e a meta da PI será de (INPC ou IPCA + 5,63% a.a) seguindo as premissas da taxa-parâmetro fixadas na Portaria MPS nº 2.010/2025, sendo que a estratégia-alvo ficou fixada em 100%. Observou-se que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução CMN 4.963/2021 e a Portaria 1.467/2022. A política monetária a ser conduzida pelo Banco Central do Brasil precisará, mais uma vez, encontrar adequado equilíbrio entre o controle da inflação e o incentivo ao crescimento econômico, com as projeções mais recentes para o IPCA e a Selic — ambas em recuo em relação a 2025 — já servindo como importante sinalizador de otimismo para o mercado em 2026. Com o espaço fiscal cada vez mais restrito, a tendência de que medidas governamentais consigam mitigar os efeitos de uma política monetária contracionista torna-se menos provável, sendo importante frisar que as previsões de PIB para o próximo ano indicam nova desaceleração econômica. Ainda sob o aspecto fiscal, conclui-se que o governo mantém dificuldades em transmitir ao mercado de que forma será alcançado o prometido equilíbrio das contas públicas, o que eleva as incertezas quanto à real viabilidade do superávit primário no próximo exercício. Diante desse cenário, a preferência permanece por títulos de prazos mais curtos, ao menos no primeiro semestre de 2026, período em que a rigidez da política monetária tende a se manter. Contudo, uma vez que a inflação se mostre efetivamente controlada, acompanhada da esperada redução da Selic e de um cenário externo menos volátil — em especial após estabilização das relações comerciais —, as opções de prazo mais longo poderão novamente se tornar atrativas, repetindo o desempenho observado em boa parte de 2025. Em outras palavras: o primeiro semestre de 2026 poderá servir como um importante termômetro quanto aos rumos da inflação no Brasil, o que, em última instância, exercerá papel fundamental na condução da política monetária, especialmente na definição da Selic. Todo esse contexto exige prudência na escolha das melhores opções, recomendando-se diversificação apropriada — e obrigatória — do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui destacadas. Nesse sentido, ganha cada vez mais relevância a atuação de assessoramento técnico e de profissionais especializados junto à gestão pública. Considerando o histórico de posicionamento em investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento de seus gestores, ressalta-se que o RPPS possui o perfil de investidor CONSERVADOR. Após a apresentação e os esclarecimentos relativos à presente Política de Investimentos, os membros deliberaram, por unanimidade, APROVAR a Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026, determinando que o RPPS continue observando a lista exaustiva do MPS para fins de credenciamento das instituições financeiras. Em anexo, segue o Quadro Resumo da Política de Investimentos – Resolução CNM nº 4.963/2021. As decisões tomadas na presente reunião serão encaminhadas a Administração Municipal para as devidas providências, juntamente a informação dos servidores que fizerem jus as gratificações do Comitê e do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual lavrou-se esta ata que lida e achada de acordo será assinada pelos conselheiros presentes.

## ANEXO I

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021					
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos				
	Limite da Resolução %	Limite do Inciso	Limite Inferior %	Estratégia Alvo %	Limite de Superior
Renda Fixa - Art. 7º			97,5%		
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, a	100%	100%	0,0%	0,5%	15,0%
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b			0,0%	58,0%	100,0%
Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, c			0,0%	0,0%	0,0%
Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, II	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60%	60%	0,0%	35,0%	60,0%
Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b			0,0%	0,0%	0,0%
Ativos de Renda Fixa Emitidos por instituição financeira - Art. 7º, IV	20%	20%	0,0%	0,0%	5,0%
Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Sênior - Art. 7º, V, a	5%	15%	0,0%	0,0%	0,0%
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5%		0,0%	4,0%	5,0%
Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Renda Variável - Art. 8º			2,0%		
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30%	30%	0,0%	0,5%	5,0%
Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º, II			0,0%	0,5%	5,0%
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III			0,0%	0,5%	5,0%
Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF - art. 8º, IV			0,0%	0,5%	5,0%
Investimento no Exterior - Art. 9º			0,0%		
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10%	10%	0,0%	0,0%	1,0%
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II			0,0%	0,0%	3,0%
Fundos Estruturados - Art. 10º			0,5%		
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I	10%	15%	0,0%	0,5%	10,0%
Fundo/Classe de Investimento em Participações - Art. 10, II	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso - Art. 10, III	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários - Art. 11º			0,0%		
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário - Art. 11	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos Consignados Art. 12º			0,0%		
Empréstimos Consignados - Art. 12º	5%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Total			100,00%		